



INSCRIÇÃO	NOME		
IDENTIDADE		SETOR	SALA
ASSINATURA			SEQUENCIAL

14T			

Transcreva a **frase de segurança**, abaixo, para o local indicado na Folha de Respostas. (Autoria de Paulo Leminski)

Haja hoje para tanto ontem

CADERNO DE QUESTÕES

Advogado

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES REFERENTES À PROVA OBJETIVA

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Verifique se este caderno contém 40 questões, sendo 15 de Língua Portuguesa, 05 de Noções de Informática, 04 de Conhecimentos de História e Geografia de Alcântara – MA e 16 de Conhecimentos Específicos. • Ao receber a Folha de Respostas, verifique se o seu nome e número do documento de identificação estão corretos. • A Prova Objetiva terá a duração total de 4 horas e esse tempo inclui a marcação da Folha de Respostas. • Só será permitido se retirar do local da realização da prova depois de transcorrida 1 (uma) hora do seu início, e levar o Caderno de Questões depois que se completarem 3 (três) horas de prova. • Utilize caneta esferográfica de material transparente, ponta grossa de tinta cor preta ou azul. | <ul style="list-style-type: none"> • Cada questão possui apenas uma alternativa correta. • Mais de uma resposta assinalada para a mesma questão provoca a anulação da resposta. • Ao final da prova, devolva ao fiscal de sala a Folha de Respostas assinada no local indicado. • Os 2 (dois) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as respectivas Folhas de Respostas e se retirar da sala simultaneamente. • O Gabarito Oficial das questões de múltipla escolha da Prova Objetiva será publicado em até 24 (vinte e quatro) horas a contar do dia subsequente ao de sua realização, no site oficial da Fundação Sousândrade. |
|--|---|

COD. PRV	CARGO
45	Advogado

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder as questões a seguir.

A armadilha das cotas identitárias

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) acaba de criar um sistema de cotas para ingresso de pessoas que se autodeclaram trans, travestis ou não binárias em seus cursos de graduação. [...]

Ainda segundo a Unicamp, poderão ingressar na graduação por meio dessa “política de ação afirmativa” os alunos das redes pública e privada que prestarem o Exame Nacional do Ensino Médio e apresentarem um “relato de vida”, [...]. O que isso significa e segundo quais critérios um dado “relato de vida” haverá de preponderar sobre os demais, só os doutos membros das comissões avaliadoras da Unicamp hão de saber – o que autoriza a suspeita de que a seleção não está imune, ora vejam, ao arbítrio e ao preconceito.

Por mais problemática que seja, a vagueza de critérios ainda é o erro mais banal de um sistema de cotas que já nasce eivado de vícios. Para começar, trata-se de uma inequívoca violação do princípio republicano elementar, consagrado no *caput* do artigo 5.º da Constituição: a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O respeito aos direitos e a atenção aos interesses de minorias se impõem para qualquer sociedade civilizada. Mas isso não significa, por óbvio, sacrificar a ordem constitucional vigente no altar das boas intenções.

Ninguém sensato, minimamente cioso da realidade do país em que vive, haverá de negar que a população LGBTQIA+ tem direitos de toda ordem violados em um país tão desigual como o Brasil. As adversidades enfrentadas por pessoas trans, travestis e não binárias, em particular, têm impactos diretos em sua integridade física e emocional. Decerto também contribuem para que esses brasileiros tenham, em geral, menos acesso a empregos qualificados que lhes permitam auferir uma renda capaz de custear uma formação educacional mais sólida.

Dito isso, se é no campo das reparações sociais que estamos transitando, por que fixar um sistema de cotas para ingresso no ensino superior para pessoas trans, travestis ou não binárias e não para mães adolescentes e solteiras, para citar apenas um exemplo de grupo vulnerável presente em todo este vastíssimo país? E daí em diante. O céu é o limite para os que se arvoram em reparadores sociais, no cenário mais benevolente, ou justiceiros morais, no pior.

Como a própria Unicamp reconhece, no Brasil não se tem a exata dimensão da população composta por trans, travestis e não binários. Portanto, a criação de cotas para esse segmento é, ao fim e ao cabo, uma decisão arbitrária que privilegia um determinado grupo em detrimento de tantos outros.

[..]

Por fim, essa discussão seria absolutamente ociosa se o Brasil tratasse como prioridade inegociável o desenvolvimento da educação básica para todos. Mas,

enquanto isso não passar de um desejo, o sistema de cotas seguirá necessário por tempo indeterminado e, conseqüentemente, dará azo a cada vez mais distorções, além de estimular discursos extremistas que interditam o debate racional e honesto sobre essa ou qualquer outra questão de interesse público.

<https://www.estadao.com.br> (adaptado). Acesso em 04 jan. 2026.

01**1365S1Q01**

Acerca da relação do título com o texto, analise os itens a seguir.

- I. Apesar da referência a cotas identitárias, assume neutralidade e antecipa o caráter informativo do texto.
- II. Antecipa um julgamento a ser incutido no leitor sobre a recente política afirmativa da Unicamp.
- III. Sugere que o novo sistema de cotas é uma ameaça à universalidade dos direitos.
- IV. Sinaliza que o leitor encontrará uma análise de possíveis riscos das cotas identitárias, o que é demonstrado empiricamente no texto.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, III e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

02**1365S1Q02**

Considere o 1º e o 2º parágrafos para responder à questão abaixo.

Para mobilizar o leitor sobre o tema do texto, qual a expressão utilizada para produzir um efeito de urgência e de alerta?

- a) “poderão ingressar”
- b) “se autodeclaram”
- c) “acaba de”
- d) “que prestarem”
- e) “e apresentarem”

03**1365S1Q03**

O texto de referência deve ser classificado como:

- a) Editorial, por apresentar a visão crítica de uma instituição sobre uma decisão da Unicamp.
- b) Crônica, por defender em linguagem pessoal o ponto de vista de um jornalista.
- c) Carta argumentativa do leitor, por comentar subjetivamente uma decisão de uma instituição pública.
- d) Parecer, por apresentar opinião analítica sobre um edital da Unicamp.
- e) Notícia, por oferecer uma reflexão aprofundada sobre um tema acadêmico.

04**1365S1Q04**

Considere a seguinte passagem do texto:

“O que isso significa e segundo quais critérios um dado “relato de vida” haverá de preponderar sobre os demais, só os doutos membros das comissões avaliadoras da Unicamp hão de saber”.

Na tecitura do sentido desse trecho, o segmento em destaque tem como propósito

- a) contestar a hierarquia dos critérios de avaliação dos textos.
- b) discordar dos critérios pré-definidos para inscrição dos candidatos a vagas pelo sistema de cotas.
- c) maximizar a importância do “relato de vida” para ingresso na Unicamp.
- d) revelar insatisfação com o fato de não haver vagas para todos os cotistas.
- e) construir uma imagem elitista e arbitrária da universidade.

05**1365S1Q05**

“As adversidades enfrentadas por pessoas trans, travestis e não binárias, em particular, têm impactos diretos em sua integridade física e emocional.”

Nesse período, a forma verbal está no plural, estabelecendo concordância com

- a) “impactos”.
- b) “pessoas trans, travestis e não binárias”.
- c) “enfrentadas”.
- d) “adversidades”.
- e) “física e emocional”.

06**1365S1Q06**

A metáfora representada pela palavra “armadilha” sugere que a ação afirmativa das cotas identitárias trará consequências sérias. Esse sentido encontra-se explicitado no trecho:

- a) “Mas isso não significa, por óbvio, sacrificar a ordem constitucional vigente no altar das boas intenções.”.
- b) “Por mais problemática que seja, a vagueza de critérios ainda é o erro mais banal”.
- c) “Ninguém sensato, minimamente cioso da realidade do país em que vive, haverá de negar que a população LGBTQIA+ tem direitos de toda ordem violados em um país tão desigual como o Brasil.”.
- d) “As adversidades enfrentadas por pessoas trans, travestis e não binárias, em particular, têm impactos diretos em sua integridade física e emocional.”.
- e) “O respeito aos direitos e a atenção aos interesses de minorias se impõem para qualquer sociedade civilizada.”.

07**1365S1Q07**

No texto, são lançadas dúvidas sobre o processo de acesso à graduação por cota identitária. Contudo, estrategicamente, o autor se salvaguarda. Essa afirmativa é validada no trecho:

- a) “Por fim, essa discussão seria absolutamente ociosa se o Brasil tratasse como prioridade inegociável o desenvolvimento da educação básica para todos.”.
- b) “o que autoriza a suspeita de que a seleção não está imune, ora vejam, ao arbítrio e ao preconceito.”.
- c) “As adversidades enfrentadas por pessoas trans, travestis e não binárias, em particular, têm impactos diretos em sua integridade física e emocional.”.
- d) “por que fixar um sistema de cotas para ingresso no ensino superior para pessoas trans, travestis ou não binárias e não para mães adolescentes e solteiras”.
- e) “Mas, enquanto isso não passar de um desejo, o sistema de cotas seguirá necessário por tempo indeterminado”.

08**1365S1Q08**

Sobre a variação de registro da Língua Portuguesa no texto, analise os itens a seguir.

- I. Emprega-se o registro formal e culto, que confere autoridade ao emissor do texto.
- II. Há registro de coloquialismo representado pelas expressões “arvora” e “benevolente”, visando a tornar o texto mais acessível.
- III. Observa-se o uso de jargão jurídico, para inserir o debate no campo legal.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

RASCUNHO

09**1365S1Q09**

Considere o trecho a seguir para responder à questão.

“Por mais problemática que seja, a vagueza de critérios ainda é o erro mais banal de um sistema de cotas que já nasce eivado de vícios. Para começar, trata-se de uma inequívoca violação do princípio republicano elementar, consagrado no *caput* do artigo 5.º da Constituição: a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.”

A sequência de adjetivos que representa falhas atribuídas à universidade, encontra-se em

- a) “consagrado”, “perante”, “qualquer”.
- b) “vagueza”, “cotas”, “republicano”.
- c) “cotas”, “violação”, “elementar”.
- d) “vagueza”, “banal”, “inequívoca”,
- e) “problemática”, “eivado”, “inequívoca”.

10**1365S1Q10**

“O respeito aos direitos e a atenção aos interesses de minorias se impõem para qualquer sociedade civilizada.”

Na estrutura sintática do trecho, os termos “aos direitos” e “aos interessados” são

- a) objetos indiretos.
- b) adjuntos adnominais.
- c) complementos nominais.
- d) adjunto adnominal e complemento nominal, respectivamente.
- e) objeto indireto e adjunto adnominal, respectivamente.

11**1365S1Q11**

No contexto do texto de referência, a expressão “O céu é o limite” exemplifica o recurso estilístico

- a) pleonismo.
- b) paradoxo.
- c) personificação.
- d) hipérbole.
- e) aliteração.

RASCUNHO**12****1365S1Q12**

Considere o fragmento a seguir.

“Dito isso, se é no campo das reparações sociais que estamos transitando, por que fixar um sistema de cotas para ingresso no ensino superior para pessoas trans, travestis ou não binárias e não para mães adolescentes e solteiras, para citar apenas um exemplo de grupo vulnerável presente em todo este vastíssimo país? E daí em diante.”

No estabelecimento da coesão no texto, o elemento linguístico que resume informações anteriores é:

- a) “sistema de cotas”
- b) “Dito isso”
- c) “pessoas trans”
- d) “grupo vulnerável”
- e) “em todo este”

13**1365S1Q13**

Dentre os trechos a seguir, identifique aquele em que a forma verbal no futuro indica um fato hipotético.

- a) “o sistema de cotas seguirá necessário por tempo indeterminado”.
- b) “Ainda segundo a Unicamp, poderão ingressar na graduação por meio dessa “política de ação afirmativa” os alunos das redes pública e privada”.
- c) “só os doutos membros das comissões avaliadoras da Unicamp hão de saber”.
- d) “Por fim, essa discussão seria absolutamente ociosa se o Brasil tratasse como prioridade inegociável o desenvolvimento da educação básica para todos.”.
- e) o sistema de cotas [...], consequentemente, dará azo a cada vez mais distorções”.

RASCUNHO

Releia o último parágrafo para responder às questões 14 e 15.

“Por fim, essa discussão seria absolutamente ociosa se o Brasil tratasse como prioridade inegociável o desenvolvimento da educação básica para todos. Mas, enquanto isso não passar de um desejo, o sistema de cotas seguirá necessário por tempo indeterminado e, conseqüentemente, dará azo a cada vez mais distorções, além de estimular discursos extremistas que interditam o debate racional e honesto sobre essa ou qualquer outra questão de interesse público.”

14**1365S1Q14**

No parágrafo, a conjunção adversativa introduz oposição entre

- a) um cenário nacional real e um cenário ideal.
- b) os discursos extremistas e os discursos moderados.
- c) as prioridades negociáveis e a rejeição às cotas.
- d) os interesses coletivos e o interesse particular.
- e) um novo sistema de cotas e as cotas já existentes.

15**1365S1Q15**

Assinale a alternativa em que ocorre sufixação nos vocábulos.

- a) estimular e enquanto.
- b) tratasse e extremistas.
- c) interesse e desenvolvimento.
- d) prioridade e discursos.
- e) inegociável e extremistas.

RASCUNHO**NOÇÕES DE INFORMÁTICA****16****1365S1Q16**

Durante o gerenciamento de processos no Windows 11, o usuário percebe que o sistema está operando com lentidão. Ao abrir a ferramenta nativa que permite visualizar o uso em tempo real da CPU, Memória, Disco e Rede, além de possibilitar a interrupção forçada de aplicativos que não estão respondendo, ele utiliza o:

- a) Gerenciador de Tarefas
- b) Painel de Controle
- c) Explorador de Arquivos
- d) Agendador de Tarefas
- e) Editor do Registro

17**1365S1Q17**

Um gestor público precisa consolidar dados orçamentários em uma planilha do Microsoft Excel (Office 365). Para garantir que outros colaboradores insiram apenas valores numéricos positivos em uma célula específica, ele decide definir um critério para aceitar apenas números maiores que zero e apresentar um alerta ao usuário quando a entrada não atender ao critério. O recurso do Excel adequado para realizar essa configuração é a:

- a) Consolidação de Intervalos
- b) Formatação Condicional
- c) Proteção da Planilha
- d) Validação de Dados
- e) Verificação de Erros

18**1365S1Q18**

As ferramentas de Inteligência Artificial (IA) generativa têm sido aplicadas para aumentar a produtividade em tarefas administrativas. Ao utilizar esses sistemas para a criação de documentos ou análise de dados, o termo técnico que designa a instrução, comando ou conjunto de dados fornecido pelo usuário para orientar a resposta da IA é:

- a) Backup de Nuvem
- b) Algoritmo de Compressão
- c) Script de Sincronização
- d) Driver de Interface
- e) Prompt

RASCUNHO

19**1365S1Q19**

A computação em nuvem (Cloud Computing) oferece diversos modelos de serviço conforme a necessidade da instituição. Quando uma organização utiliza um serviço em que o provedor oferece a infraestrutura de hardware, o sistema operacional e as ferramentas de desenvolvimento para que a própria organização crie e hospede suas aplicações, esse modelo é classificado como:

- a) SaaS (Software as a Service)
- b) PaaS (Platform as a Service)
- c) IaaS (Infrastructure as a Service)
- d) DaaS (Desktop as a Service)
- e) BaaS (Backup as a Service)

20**1365S1Q20**

Sobre a utilização de correio eletrônico e ferramentas de comunicação (WhatsApp e Google Meet), analise as afirmações abaixo, julgando-as Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

- () No Gmail, o recurso “Cc” (Com cópia) envia a mensagem para destinatários adicionais, cujos endereços permanecem visíveis a todos os demais destinatários da mensagem.
- () O WhatsApp Web depende do vínculo com uma conta ativa em smartphone previamente autenticado, podendo funcionar em modo multi-dispositivo mesmo quando o telefone não estiver conectado à internet.
- () No Google Meet, a funcionalidade de gravação de reuniões está disponível apenas em determinados planos do Google Workspace, não sendo oferecida de forma irrestrita em contas pessoais gratuitas.
- () O protocolo SMTP exige obrigatoriamente o preenchimento do campo “Assunto” para que a mensagem seja aceita pelo servidor de envio.

A sequência correta é:

- a) F – V – F – V
- b) V – F – V – F
- c) V – V – V – F
- d) V – V – F – V
- e) F – F – V – F

RASCUNHO

CONHECIMENTOS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

21**1365S1Q21**

Com a expulsão dos franceses, firmou-se o domínio português na aldeia situada nas terras da hoje Alcântara. A história registra a importância daquela aldeia e destaca que a colonização portuguesa no local se iniciou com a construção de

- a) uma capela, posteriormente reformada, época em que o domínio da região estava a cargo de Matias de Albuquerque.
- b) um presídio, posteriormente destruído, época em que o domínio da região estava a cargo de Matias de Albuquerque.
- c) um presídio, posteriormente destruído, época em que o domínio da região estava a cargo de Matias Soares Moreno.
- d) uma capela, posteriormente reformada, época em que o domínio da região estava a cargo de Matias Soares Moreno.
- e) um paiol, posteriormente expandido, época em que o domínio da região estava a cargo de Martinho Francisco.

22**1365S1Q22**

Segundo relatos que tratam da história da formação do município de Alcântara, após aportar na Ilha Grande (São Luís), a expedição de Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, encaminhou comitiva que chegou aos tupinambás, em Tapuitapera. Os registros oficiais apontam que os nativos de Tapuitapera mantiveram com os franceses fortes laços de amizade. Ainda, segundo os relatos, um ponto a destacar sobre esse laço é que nativos tupinambás de Tapuitapera

- a) adentraram pelos sertões do Maranhão para fornecer ouro e pérolas aos franceses.
- b) integraram a comitiva de La Ravardière em expedição empreendida pelos rios Mearim e Amazonas.
- c) se converteram ao protestantismo cristão francês do início do século XVII.
- d) lutaram com os franceses, contra os tabajaras e os portugueses, na Batalha de Guaxenduba.
- e) ajudaram os franceses na construção do primeiro farol de Alcântara.

RASCUNHO

23

1365S1Q23

Relatos da formação do município apontam para um fato tido como de grande importância para Alcântara. É que já no século XVII a sua comunicação com outras localidades não se restringia ao modal marítimo, pois também contava com três estradas, dentre as quais um passava por São João de Cortes, Guimarães, Frechal e outras localidades.

Estamos falando da estrada

- a) do Miriti-ipê.
- b) das Boiadas.
- c) do Algodão.
- d) do Siri-gi.
- e) do Piraú-açu.

24

1365S1Q24

Em um contexto histórico, tomando-se como partida o século XVI, a crescente importância econômica e político-social de Alcântara também pode ser medida pela quantidade de alcantarenses elevados ao baronato. A biografia de um deles, inclusive, destaca as graduações em Direito, Medicina e Agronomia e atribui-lhe a fundação, em Alcântara, do Engenho Cirijó.

Estamos falando do alcantarenses

- a) Carlos Fernando Ribeiro, Barão de Grajaú.
- b) José Teodoro de Azedo Coutinho, Barão do Mearim.
- c) Antonio Pedro da Costa Ferreira, Barão de Pindaré.
- d) José Teodoro Ferreira, Barão de São Bento.
- e) Carlos de Azedo Coutinho, Barão de Cumã.

RASCUNHO**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****25**

1365E0Q25

Em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático de Direito, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Sobre o Poder Constituinte, é correto afirmar:

- a) O Poder Constituinte Derivado Decorrente reflete a capacidade dos Estados da Federação brasileira de criar suas próprias Constituições.
- b) O Poder Constituinte Originário de 1988 proibiu as denominadas emendas constitucionais.
- c) A invocação da proteção de Deus prevista no preâmbulo da Constituição Federal de 1988 constitui norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.
- d) O Poder Constituinte Difuso reflete a denominada mutação constitucional, sendo prática vedada pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) O Poder Constituinte Derivado Revisor, previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é ilimitado e incondicionado, sendo vedadas alterações propostas pelo Congresso Nacional.

26

1365E0Q26

Ao magistrado impõe-se primar pelo respeito à Constituição da República e às leis do País, buscando o fortalecimento das instituições e a plena realização dos valores democráticos. Considerando as disposições constitucionais sobre os juízes e o Poder Judiciário, é correto afirmar:

- a) A ação direta de inconstitucionalidade proposta em face de lei estadual deve ser julgada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de nove Ministros, escolhidos dentre cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) O juiz pode exercer a advocacia no Tribunal do qual era vinculado logo após sua regular exoneração.
- d) É vedado ao juiz exercer um cargo público de magistério.
- e) É vedado ao juiz se dedicar à atividade político-partidária.

RASCUNHO

27**1365E0Q27**

Sobre o processo legislativo previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- a) É possível proposta de emenda à Constituição Federal tendente a abolir o voto secreto.
- b) O texto constitucional veda a elaboração de leis delegadas.
- c) Lei complementar deve dispor sobre a elaboração das leis, conforme previsão constitucional expressa.
- d) O parlamentar do Congresso Nacional poderá propor medidas provisórias, com força de lei.
- e) As leis complementares serão aprovadas por maioria simples no âmbito do Senado Federal.

28**1365E0Q28**

Uma pessoa sofreu um acidente em sua casa, necessitando de urgente socorro. O vizinho, graduado em medicina, entrou na casa sem o consentimento da pessoa para prestar os primeiros cuidados. Considerando a previsão constitucional da inviolabilidade domiciliar, é correto afirmar:

- a) O vizinho realizou conduta constitucional, pois a graduação em medicina autoriza a entrada na moradia sem consentimento.
- b) O vizinho realizou conduta constitucional, pois é exceção à inviolabilidade domiciliar a prestação de socorro.
- c) O vizinho realizou conduta inconstitucional, pois a casa é asilo inviolável.
- d) O vizinho realizou conduta inconstitucional, pois o expresse consentimento à entrada é imprescindível.
- e) A inviolabilidade constitucional domiciliar somente é excepcionada em caso flagrante delito.

29**1365E0Q29**

Quanto à organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A desconcentração administrativa ocorre exclusivamente entre pessoas jurídicas distintas, visando a especialização de funções por meio de contratos de gestão.
- b) A descentralização consiste na prestação de serviços por pessoa diversa do Estado, podendo ocorrer por meio de outorga, quando a lei cria uma entidade e a ela transfere a titularidade e a execução do serviço.
- c) As empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Direta, possuem personalidade jurídica de direito público e autonomia financeira.
- d) Ocorre a descentralização administrativa quando um órgão interno da mesma pessoa jurídica desmembra suas competências para melhorar a eficiência do atendimento.
- e) As autarquias, por serem criadas para o exercício de atividades típicas de Estado, são subordinadas hierarquicamente ao Ministério ao qual pertencem.

30**1365E0Q30**

O Município, visando à modernização de sua rede de iluminação pública, decide realizar uma licitação para a contratação de serviços de engenharia. O projeto exige a adoção de tecnologias inovadoras. O ente público identifica que o mercado possui diferentes metodologias para a execução do objeto, não sendo possível definir, de imediato, as especificações técnicas de forma precisa. Diante da complexidade técnica e da necessidade de negociação com os licitantes para definir a solução mais adequada antes da fase de propostas, a administração decide utilizar uma modalidade de licitação específica introduzida pela Lei nº 14.133/2021.

Considerando o caso e a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- a) A modalidade correta seria a Tomada de Preços, considerando que o valor estimado da contratação permite a participação de interessados devidamente cadastrados no município.
- b) A administração deve utilizar o Pregão, pois, tratando-se de serviços de engenharia para iluminação pública, o critério de julgamento deve ser obrigatoriamente o de menor preço, independentemente da complexidade.
- c) A administração deve utilizar a modalidade Diálogo Competitivo, que é restrita a contratações que envolvam inovação tecnológica ou técnica, ou quando a administração não puder ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado.
- d) O município deve optar pelo Leilão, uma vez que o serviço de engenharia resultará em benfeitorias permanentes que podem ser consideradas bens móveis inservíveis para a administração no futuro.
- e) A administração pode utilizar a Consulta Pública como modalidade licitatória, permitindo que qualquer cidadão apresente propostas de preços, selecionando-se a mais vantajosa após sorteio.

31**1365E0Q31**

Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) O prédio destinado à administração municipal é considerado bem público de uso especial, sendo inalienável, enquanto conservar essa qualificação.
- b) Um bem privado expropriado se torna bem público, incorporado à Fazenda Pública, podendo, no entanto, ser objeto de reivindicação fundado na nulidade da desapropriação.
- c) Uma pessoa que ocupa por muito tempo um bem público pode ajuizar a ação de usucapião, tornando-se proprietária do referido bem.
- d) As ruas de um município são classificadas como bens públicos de uso especial, pois são destinadas ao transporte público local.
- e) Os rios são classificados como bens públicos de uso especial, sendo possível sua comercialização, considerando eventual vulnerabilidade social dos proprietários ribeirinhos.

32**1365E0Q32**

Considerando os entendimentos simulados do Superior Tribunal de Justiça acerca do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a denominada prova emprestada no processo administrativo disciplinar, independentemente de autorização judicial.
- b) É vedada em qualquer hipótese a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.
- c) A alteração da capitulação legal da conduta do servidor, por si só, enseja a nulidade do processo administrativo disciplinar.
- d) No controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar, é possível incursão no mérito administrativo em caso de manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.
- e) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade independentemente da demonstração de prejuízo à defesa.

33**1365E0Q33**

A tomada de decisão na seara administrativa pela autoridade pública competente deve seguir parâmetros legalmente estabelecidos.

Considerando a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a) É vedado ao agente público responder pessoalmente por suas decisões administrativas, independentemente de eventual dolo ou erro grosseiro.
- b) Na revisão administrativa da validade de contrato, é possível que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
- c) Na seara administrativa, é possível decidir com base em valores jurídicos abstratos, independentemente das consequências práticas da decisão.
- d) É vedado impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais por decisão em âmbito de processo administrativo.
- e) A decisão que, na esfera administrativa, decretar a invalidação de ato ou contrato deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.

RASCUNHO**34****1365E0Q34**

Considerando as normas fundamentais do processo civil previstas na Lei nº 13.105/2015 - "Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os juízes atenderão à ordem cronológica de protocolo da petição inicial para proferir sentença, conforme previsão legalmente expressa.
- b) É vedada a arbitragem, diante do princípio da inafastabilidade da apreciação jurisdicional diante de ameaça ou lesão a qualquer direito.
- c) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- d) O juiz, em regra, pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.
- e) É vedado ao juiz estimular a solução consensual de conflito no curso do processo judicial.

35**1365E0Q35**

Considerando as disposições constitucionais acerca do Imposto de Competência Compartilhada entre Estados e Municípios, observando a Emenda Constitucional nº 132/2023, assinale a alternativa correta.

- a) O imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- b) Leis estaduais, distritais e municipais devem instituir o imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) O imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios deve se sujeitar a legislação única, inclusive quanto a alíquota própria de cada ente federativo.
- d) O imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios deve ser informado pelo princípio da neutralidade.
- e) O imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios será cumulativo, sendo constitucionalmente vedadas as compensações.

RASCUNHO

36**1365E0Q36**

Considerando as disposições do Código Civil de 2002, a respeito do empresário, assinale a alternativa correta.

- a) É obrigatória a inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis, antes do início de sua atividade.
- b) Quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística é considerado, em regra, empresário, conforme disposição legal.
- c) É vedado responsabilizar a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, por obrigações eventualmente contraídas.
- d) O empresário casado somente pode alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa com outorga conjugal.
- e) É vedado aos cônjuges contratar sociedade entre si independentemente do regime de bens.

37**1365E0Q37**

Sobre o instituto do aviso prévio, na forma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é correto afirmar:

- a) É vedado desconto de salário na falta de aviso prévio por parte do empregado.
- b) É devido o aviso prévio na despedida indireta.
- c) O aviso prévio é concedido na proporção de quinze dias por ano de serviço.
- d) Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva a partir da comunicação do desligamento laboral.
- e) É vedado a redução de horário no período de aviso prévio.

38**1365E0Q38**

Considerando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, nos termos da Lei nº 9.985/2000, é correto afirmar:

- a) É vedado à União instituir unidades de conservação diante da competência privativa dos Estados para proteção e fiscalização ambiental.
- b) O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é somente constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais.
- c) É vedado ao Município instituir unidades de conservação de proteção integral, pois a competência administrativa ambiental se restringe aos Estados e a União.
- d) As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC restringem-se aos grupos de unidades de uso sustentável.
- e) A “Estação Ecológica” e a “Reserva Biológica” são categorias de unidades de conservação de proteção integral.

39**1365E0Q39**

Sobre o procedimento especial das “Ações Possessórias”, na forma da Código de Processo Civil - Lei nº 13.105/2015, é correto afirmar:

- a) O possuidor indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer judicialmente o denominado “mandado proibitório”.
- b) A propositura de uma ação possessória em vez de outra obstar a que o juiz outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.
- c) É expressamente vedada a citação por edital na ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas.
- d) Somente regular proprietário tem legitimidade de ajuizar ação de manutenção e reintegração de posse em caso de esbulho.
- e) É possível deferir manutenção de posse em face de pessoa jurídica de direito público sem prévia audiência do advogado público, conforme expressa autorização legal.

40**1365E0Q40**

Sobre o instituto do “Mandado de Segurança”, na forma da Lei nº 12.016/2009, é correto afirmar:

- a) Cabem, no procedimento especial do “Mandado de Segurança”, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios.
- b) No procedimento especial do “Mandado de Segurança”, o ingresso de litisconsorte ativo será admitido após o despacho da petição inicial, conforme expressa autorização legal.
- c) O direito de requerer “Mandado de Segurança” extinguir-se-á decorridos trinta dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado, conforme disposição legal.
- d) A pessoa jurídica tem legitimidade para impetrar “Mandado de Segurança” diante de violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade.
- e) É vedada a impetração de “Mandado de Segurança” em desfavor de representantes ou órgãos de partidos políticos, considerando a liberdade de expressão político-partidária.

RASCUNHO